Acompanha o TC-3005/026/10

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSÓRIOS - ME

Ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2010 da PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

PROCESSO Nº 3.751/2010

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais.



RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSÓRIOS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.241.902/0001-21, com sede na Rua João Borges Sampaio, 275, Jardim São Manoel, Limeira, estado de São Paulo, telefone (19) 3701-4076, e-mail limerpetro@terra.com.br, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 53, número 10 do § único do Regimento Interno deste Tribunal, a fim de solicitar o acompanhamento do julgamento do Recurso Administrativo interposto contra o órgão citado, solicitando as providências cabíveis ao caso, bem como averiguar as irregularidades cometidas no mesmo.

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

1

DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão do Sr. Pregoeiro de desclassificar a RECORRENTE com a absurda alegação de que não apresentou "a documentação exigida no item 9.3.3.1", conforme exposto na Ata da sessão licitatória, quando aquela era vencedora no Lote nº II, Ítem 2. O supra citado ítem dispõe sobre a exigência da apresentação de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, bem como dos índices mínimos e máximos admitidos, de forma a garantir o adimplemento da obrigação firmada naquele momento. Este instrumento de irresignação demonstrará que a RECORRENTE apresentou o documento exigido em seu envelope de habilitação.

Restou duvidosa a maneira como aquele demonstrou a falta do documento em questão, pois alegou primeiramente que o Índice de Endividamento Geral da empresa era superior ao exigido. Ora, se o mesmo não fora apresentado, como pode alegar que o índice não era correto? Ele mesmo admitiu que o documento se fazia presente quando o contador entrou em contato para provar que o índice era compatível.

Na ata da sessão fez constar a ausência do documento, mas durante o pregão alegou que o índice era superior ao exigido. Qual das 2 alegações é verdadeira?

Não bastasse a manifesta ilegalidade na desclassificação da RECORRENTE, o Sr. Pregoeiro agiu de maneira desigual ao admitir que a empresa Ferrarini Comércio de Pelas para Tratores Ltda-EPP apresentasse o documento exigido no item 9.3.3.1., o mesmo supostamente não apresentado pela RECORRENTE. Portanto, mesmo que esta não o tivesse apresentado, o que, ressalte-se, não condiz com a realidade, ele não poderia de maneira alguma desclassificá-lo. Ambas as situações serão fruto de intenso ataque a partir deste momento.

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

3

1 – DOS FATOS

A RECORRENTE, junto às demais empresas constantes da ata lavrada ao final da sessão, participou na sede desta Administração, no dia 13 de Dezembro de 2010, às 9:00 horas, atendendo à convocação do respectivo edital. (Abra-se aqui um parênteses, na ata da respectiva sessão, consta erroneamente como horário da mesma, 21 horas).

Esta, no item 2, Lote II, ofertou o menor preço inicial, quando então 2 (duas) outras empresas foram classificadas e chamadas à fase de lances. Após sagrar-se vencedora do referido Lote, teve sua documentação de habilitação analisada pelo Sr. Pregoeiro, quando este alegou que o Índice de Endividamento Geral da empresa era superior a 0,5 (50%), limite estabelecido em reiteradas decisões nos Tribunais. Alega ainda que a RECORRENTE não apresentou o mesmo.

Ora, o documento exigido foi apresentado rigorosamente de acordo com o Edital, e não exigia nenhuma fórmula Aristotélica para comprovação de que os índices estavam na mais perfeita conformidade. Aliás, sobre a questão desta exigência, o Dr. Marçal Justen Filho sabiamente discorre em trecho de uma de suas obras:

> *"3) A apresentação de balanço patrimonial e de demonstrações contábeis (inc. I do art. 31)*
>
> *O ato convocatório deve definir precisamente o modo de exibição das demonstrações financeiras. A disciplina norteadora da questão é composta por dois princípios fundamentais.*
>
> *O primeiro é o da ausência de remessa da solução à avaliação discricionária da Comissão, por ocasião do julgamento da habilitação.*

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

4

(...)

O segundo é o da instrumentalidade das formas. A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante. O que se pretende é a seriedade e a atualidade dos dados. Todas as exigências formais caracterizáveis como desnecessárias, excessivas ou inúteis devem ser proscritas. Logo, não há cabimento em formular exigências de apresentação de documentos contábeis mirabolantes, tal como se ausência de sua exibição importasse alguma presunção de inidoneidade."[1] *(grifo nosso)*

Como exposto pelo Mestre, a intenção da exigência da apresentação do balanço e dos índices, é apurar a saúde da empresa e sua condição de adimplir com o pactuado. A não apresentação nos mesmos moldes constantes do Edital não podem obstar nenhuma empresa em participar, mesmo porque os números lá exigidos constavam da relação de documentos apresentados pela RECORRENTE. Esta não pode ser prejudicada pela inobservância do Sr. Pregoeiro, ou mesmo de seu desconhecimento na área contábil. Para perfeita aferição, deveria ser chamado o contador desta Prefeitura, e só então, após constatado algum problema (o que não era o caso), aí sim, proceder à sua desclassificação.

Como demonstrado nas cópias do balanço constantes dos documentos da empresa, seu Índice de Endividamento Geral é de 5,04%, muito abaixo dos 30% a 50% admitidos pelos Tribunais.

Segue, juntamente com o presente recurso, documento que facilitará o cálculo para aferição do índice desejado. Isto não significa que sua não apresentação impedisse a

[1] Justen Filho, Marçal, Comentários à lei de licitações e contatos administrativos, 13ª Edição, Editora Dialética, São Paulo, 2009, p. 451

verificação do mesmo, mas para fins de conferência pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a RECORRENTE lança mão de sua inclusão neste instrumento.

2 – DO DIREITO

2.1 Objetivos do Pregão

A Lei 8.666/93 dispõe em seu artigo 3º as finalidades da aquisição de produtos ou serviços através do pregão.

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)*

Como exposto no supra citado artigo da lei das licitações, o Sr. Pregoeiro agiu com ilegalidade ao desclassificar a RECORRENTE, visto a regularidade de sua documentação, agravado pelo fato de que no item desclassificado, o de nº 2, como já dito, a mesma dispunha da proposta mais vantajosa, onerando os cofres públicos.

2.2 – DA LEGALIDADE

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

Hely Lopes Meirelles assim aborda a questão da LEGALIDADE, princípio básico da administração :

> *"2.3.1 Legalidade – A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.*
> *(...)*
> *Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".*[2] *(grifo nosso)*

2.3 - DA ISONOMIA

Além do fato do Sr. Pregoeiro ter-se equivocado quando alegou que a não presença do documento exigido, ou mesmo da irregularidade do índice, ambos já demonstrados e afastados, o mesmo feriu de morte o princípio da ISONOMIA, basilar das licitações, ao admitir a apresentação *a posteriori* , pela empresa Ferrarini, do mesmo documento supostamente faltante da RECORRENTE. Qual o motivo do tratamento desigual? Mesmo

[2] Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 35ª Edição, atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, 2009,P.88,89

que aquela não tivesse apresentado o documento, deveria ser facultado à mesma sua apresentação em 48 horas, nos mesmos moldes que foi feita à esta.

A Constituição Federal em seu art. 5º e a Lei 8.666/93 em seu art. 3º tratam sobre a ISONOMIA. Na lei das licitações, este princípio busca a igualdade de condições a todos os participantes do processo licitatório, pois se fosse de outra maneira, estaria prejudicado o próprio Estado Democrático de Direito. Não pode ser admitido, em nenhuma hipótese, tratamento desigual para iguais.

O presente caso deixa evidente esta desigualdade de tratamento ao ser franqueado à empresa Ferrarini a apresentação do mesmo documento que alega a RECORRENTE não ter apresentado.

Mais uma vez recorre-se ao mestre Hely Lopes Meirelles sobre o assunto:

> *"Igualdade entre os licitantes: a igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais (art.3º, § 1º)."*[3] *(grifo nosso)*

Novamente apontado o vício cometido pelo Sr. Preoeiro, devendo este acatar o pedido ora formulado e reverter sua decisão inicial.

[3] Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 35ª Edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, 2009, Malheiros Editores, P. 277

3 – DO PEDIDO

Por todo o exposto, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito, para que:

a-) Seja desfeita a desclassificação da RECORRENTE, tornando-a habilitada a disputar o Ítem 2, Lote II, desclassificando a empresa R DE FGS CAMARGO-EPP, já que com sua habilitação, a mesma estará automaticamente fora da disputa de preços no citado Lote. Revertida a desclassificação ora pleiteada, a RECORRENTE estará habilitada a participar da fase de lances no ítem 3, Lote III;

b-) Seja reiniciada a fase de lances, pois como já exposto acima, a classificação da RECORRENTE mudará o quadro classificatório;

c-) Siga-se o disposto no inciso XIX do artigo 4º da Lei Nº 10520/02, mantendo-se os atos suscetíveis de aproveitamento.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitações, presidida pela Pregoeiro, reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4°, do art. 109, da Lei n° 8.666/93.

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSÓRIOS - ME

Cientifique-se ainda esta Administração, que cópia do presente instrumento está sendo remetido ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para sua apreciação, pois no entender da RECORRENTE, os princípios aqui violados, quais sejam, da ISONOMIA, MORALIDADE, LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE e correlatos, merecem ser melhor analisados por aquela Corte.

Portanto, para que seja feita justiça, Pede Deferimento

RUBENS BEZERRA DA SILVA – PROPRIETÁRIO

Limeira, 14 de Dezembro de 2010

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

10

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSÓRIOS - ME

CÓPIA DO BALANÇO APRESENTADA NO PREGÃO

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL

0042 RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME

CNPJ: 08.241.902/0001-21 **NIRE:** 35121602426 **Data de Registro:** 16/05/2006 FOLHA: 000002

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2009 A 31/12/2009

ATIVO		Saldo em: 31/12/2008	Saldo em: 31/12/2009
1 - ATIVO			
1.1 - ATIVO CIRCULANTE			
1.1.1 - DISPONIBILIDADE			
1.1.1.01 - NUMERARIOS		859.376,91 D	1.291.974,55 D
1.1.1.02 - BANCOS CTA MOVIMENTO		7.500,12 D	3.367,61 D
	DISPONIBILIDADE	866.877,03 D	1.295.342,16 D
Total do ATIVO		866.877,03 D	1.295.342,16 D

PASSIVO		Saldo em: 31/12/2008	Saldo em: 31/12/2009
2 - PASSIVO			
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE			
2.1.1 - EXIGIVEIS A CURTO PRAZO			
2.1.1.01 - FORNECEDORES		12.975,33 C	34.591,68 C
2.1.1.03 - OBRIGACOES TRIB A PAGAR		3.274,71 C	2.446,67 C
2.1.1.04 - OBRIGACOES PREV E TRABALHISTAS		415,65 C	464,15 C
2.1.1.05 - FINANCIAMENTOS		0,00	24.592,26 C
	EXIGIVEIS A CURTO PRAZO	16.665,69 C	62.094,76 C
2.4 - PATRIMONIO LIQUIDO			
2.4.1 - CAPITAL REALIZADO			
2.4.1.01 - CAPITAL		10.000,00 C	10.000,00 C
	CAPITAL REALIZADO	10.000,00 C	10.000,00 C
2.4.2 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS			
2.4.2.02 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		840.211,34 C	1.223.247,40 C
	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	840.211,34 C	1.223.247,40 C
Total do PASSIVO		866.877,03 C	1.295.342,16 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2009 conforme documentação apresentada.

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
RUBENS BEZERRA DA SILVA
FUNÇÃO: ADMINISTRADOR
RG: 302602197
CPF: 192.040.248-95

ELISABETE CRISTINA FLORINDO CRISPIM
FUNÇÃO: CONTADORA
CPF: 067.569.328-45
TC/CRC: 1SP160861/O-8

12

DIARIO GERAL

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

Contem este livro 000064 (sessenta e quatro) folha(s), numeradas eletronicamente de 000001 a 000064, do periodo 01/01/2009 a 31/12/2009, e serviu para os lancamentos no Diario Geral de no 000004 das operacoes proprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome.....: RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
Endereco.....: RUA JOAO BORGES SAMPAIO, 275
Bairro.....: JD SAO MANOEL
CEP.....: 13480-618
Municipio.....: LIMEIRA - SP
Inscr. Municipal: 35.814
Inscr. Estadual.: 417.267.115.114
CNPJ.....: 08.241.902/0001-21
REGISTRO JUNTA COMERCIAL DE SP:
35212402426
a do Registro: 16/05/2006

LIMEIRA, 31 de Dezembro de 2009

Registro Civil de Limeira
Rua Boa Morte, 976 - Centro - Cep 13480-182 - Limeira / SP - Fones: (19) 3453-2623 / 3444-0220 - Fax: (19) 3453-2622
João Francisco Barelli
Oficial Titular

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

DECLARO EXATOS OS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO APOSTOS NESTE LIVRO. CUJAS FOLHAS FORAM POR MIM AUTENTICADAS.
LIMEIRA, 17/04/2010

Registro Civil de Limeira
Rua Boa Morte, 976 - Centro - Cep 13480-182 - Limeira / SP - Fones: (19) 3453-2623 / 3444-0220 - Fax: (19) 3453-2622
João Francisco Barelli
Oficial Titular

RESSALVA

AO AUTENTICAR O PRESENTE LIVRO VERIFIQUEI CONSTAR QUE O MESMO SE ENCONTRAVA ESCRITURADO NAS FOLHAS 00000001 à 00000064.
LIMEIRA, 17/04/2010

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELA DE LIMEIRA - SP
Kátia Cristina Scavone Kühl
Substituta do Oficial

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELA
Rua Boa Morte, 976 - Centro
CEP 13480-182 - Limeira - SP
Fone: (19) 3453-2622 / 3444-0220
João Francisco Barelli - Oficial

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
RUBENS BEZERRA DA SILVA
FUNCAO: ADMINISTRADOR
RG: 302602197
CPF: 192.040.248-95

ELISABETE CRISTINA FLORINDO CRISPIM
FUNCAO: CONTADORA
CPF: 067.569.328-45
TC/CRC: 1SP168361/O-8

13

Balanco Patrimonial
0042 - RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
CNPJ:08.241.902/0001-21 NIRE: 35121602426 Data de Registro: 16/05/2006 Folha: 000054
Periodo de Encerramento: 01/01/2009 A 31/12/2009

ATIVO	Saldo em: 31/12/2008	Saldo em: 31/12/2009
1 - ATIVO		
1.1 - ATIVO CIRCULANTE		
1.1.1 - DISPONIBILIDADE		
1.1.1.01 - NUMERARIOS	859.376,91 D	1.291.974,55 D
1.1.1.02 - BANCOS CTA MOVIMENTO	7.500,12 D	3.367,61 D
DISPONIBILIDADE	866.877,03 D	1.295.342,16 D
Total do ATIVO	866.877,03 D	1.295.342,16 D

PASSIVO	Saldo em: 31/12/2008	Saldo em: 31/12/2009
PASSIVO		
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE		
2.1.1 - EXIGIVEIS A CURTO PRAZO		
2.1.1.01 - FORNECEDORES	12.975,33 C	34.591,68 C
2.1.1.03 - OBRIGACOES TRIB A PAGAR	3.274,71 C	2.446,67 C
2.1.1.04 - OBRIGACOES PREV E TRABALHISTAS	415,65 C	464,15 C
2.1.1.05 - FINANCIAMENTOS	0,00	24.592,26 C
EXIGIVEIS A CURTO PRAZO	16.665,69 C	62.094,76 C
2.4 - PATRIMONIO LIQUIDO		
2.4.1 - CAPITAL REALIZADO		
2.4.1.01 - CAPITAL	10.000,00 C	10.000,00 C
CAPITAL REALIZADO	10.000,00 C	10.000,00 C
2.4.2 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		
2.4.2.02 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	840.211,34 C	1.223.247,40 C
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	840.211,34 C	1.223.247,40 C
Total do PASSIVO	866.877,03 C	1.295.342,16 C

Data	Lancamento	Debito	Credito	Hist	Complemento	Valor (R$)
					Transporte:	462.484,49
30/03/2009	0000000587	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1286 SERIE: 1 COM.FOL.INT 3 CEL PAULO M SERRAT FILHO	3.460,80
30/03/2009	0000000722	4.1.1.01.0001	2.1.1.01.0008	0012	COMPRA DE MERCADORIAS CF NF: 189417 PETROBRAS DISTRUBUIDORA S.A	2.761,67
31/03/2009	0000000074	2.1.1.01.0047	1.1.1.01.0001	0025	PAGO REF NR 83996/01- EUCATEX	611,90
31/03/2009	0000000233	1.1.1.01.0001	1.1.1.02.0001	0155	SAQUE PARA SUPRIMENTO DE CAIXA CH 376	1.000,00
31/03/2009	0000000266	4.1.1.01.0001	2.1.1.01.0021	0012	COMPRA DE MERCADORIAS CF NF: 585422 ELETROLESTE COM E IMP DE MAT ELETR LTDA	2.736,20
31/03/2009	0000000267	4.1.1.01.0001	2.1.1.01.0021	0012	COMPRA DE MERCADORIAS CF NF: 585422 ELETROLESTE COM E IMP DE MAT ELETR LTDA	420,95
31/03/2009	0000000268	4.1.1.01.0001	1.1.1.01.0001	0012	COMPRA DE MERCADORIAS CF NF: 236363 RACUIA MAT ELETRICOS E FERRAGENS LTDA	744,17
31/03/2009	0000000269	4.1.1.01.0001	1.1.1.01.0001	0012	COMPRA DE MERCADORIAS CF NF: 236364 RACUIA MAT ELETRICOS E FERRAGENS LTDA	30,31
31/03/2009	0000000528	5.1.1.01.0030	2.1.1.04.0002	0158	APROP ARREDOND PRO LABORE	0,75
31/03/2009	0000000529	5.1.1.01.0030	2.1.1.04.0002	0159	APROP PRO LABORE REF	465,00
31/03/2009	0000000530	2.1.1.04.0002	5.1.1.01.0030	0161	DESC ARREDOND ANTERIOR PRO LABORE	0,75
31/03/2009	0000000531	2.1.1.04.0002	2.1.1.04.0007	0160	DESC INSS PRO LABORE	51,15
31/03/2009	0000000589	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1287 SERIE: 1 PREF.MUNICIPAL DE LIMEIRA	1.410,00
31/03/2009	0000000589	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1287 SERIE: 1 PREF.MUNICIPAL DE LIMEIRA	1.249,05
31/03/2009	0000000590	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1288 SERIE: 1 PREF.MUNICIPAL DE LIMEIRA	1.511,24
31/03/2009	0000000591	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1288 SERIE: 1 PREF.MUNICIPAL DE LIMEIRA	934,50
31/03/2009	0000000592	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1289 SERIE: 1 PREF.MUNICIPAL DE LIMEIRA	905,00
31/03/2009	0000000593	1.1.1.01.0001	3.1.1.01.0001	0002	VENDA DE MERCADORIAS CF NF No NF: 1289 SERIE: 1 PREF.MUNICIPAL DE LIMEIRA	2.597,00
31/03/2009	0000000671	3.2.1.02.0003	2.1.1.05.0001	0162	APROP SIMPLES DO MES 03/2009	7.177,38
31/03/2009	0000000723	4.1.1.01.0001	2.1.1.01.0008	0012	COMPRA DE MERCADORIAS CF NF: 190533 PETROBRAS DISTRUBUIDORA S.A	428,13
					Saldo a Transportar:	490.980,85

16

BALANÇO PATRIMONIAL

0042 RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME

CNPJ: 08.241.902/0001-21 **NIRE:** 35121602426 **Data de Registro:** 16/05/2006 FOLHA: 000002

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2009 A 31/12/2009

ATIVO	Saldo em: 31/12/2008	Saldo em: 31/12/2009
1 - ATIVO		
1.1 - ATIVO CIRCULANTE		
1.1.1 - DISPONIBILIDADE		
1.1.1.01 - NUMERARIOS	859.376,91 D	1.291.974,55 D
1.1.1.02 - BANCOS CTA MOVIMENTO	7.500,12 D	3.367,61 D
DISPONIBILIDADE	866.877,03 D	1.295.342,16 D
Total do ATIVO	866.877,03 D	1.295.342,16 D

PASSIVO	Saldo em: 31/12/2008	Saldo em: 31/12/2009
2 - PASSIVO		
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE		
2.1.1 - EXIGIVEIS A CURTO PRAZO		
2.1.1.01 - FORNECEDORES	12.975,33 C	34.591,68 C
2.1.1.03 - OBRIGACOES TRIB A PAGAR	3.274,71 C	2.446,67 C
2.1.1.04 - OBRIGACOES PREV E TRABALHISTAS	415,65 C	464,15 C
2.1.1.05 - FINANCIAMENTOS	0,00	24.592,26 C
EXIGIVEIS A CURTO PRAZO	16.665,69 C	62.094,76 C
2.4 - PATRIMONIO LIQUIDO		
2.4.1 - CAPITAL REALIZADO		
2.4.1.01 - CAPITAL	10.000,00 C	10.000,00 C
CAPITAL REALIZADO	10.000,00 C	10.000,00 C
2.4.2 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		
2.4.2.02 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	840.211,34 C	1.223.247,40 C
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	840.211,34 C	1.223.247,40 C
Total do PASSIVO	866.877,03 C	1.295.342,16 C

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2009 conforme documentação apresentada.

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
RUBENS BEZERRA DA SILVA
FUNÇÃO: ADMINISTRADOR
RG: 302602197
CPF: 192.040.248-95

ELISABETE CRISTINA FLORINDO CRISPIM
FUNÇÃO: CONTADORA
CPF: 067.569.328-45
TC/CRC: 1SP160861/O-8

2º TABELIÃO DE NOTAS
Dél. Sérgio [illegible] - Tabelião
Autenticação
Autentico a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
19 ABR. 2010
Colégio Notarial do Brasil - SP
ARPEN SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0527AB770010
SELOS PAGOS POR VERBA

Folha: 000001

DIARIO GERAL

T E R M O D E A B E R T U R A

Contem este livro 000064 (sessenta e quatro) folha(s), numeradas eletronicamente de 000001 a 000064, do periodo 01/01/2009 a 31/12/2009, e servira para os lancamentos no Diario Geral de no 000004 das operacoes proprias do estabelecimento do contribuinte identificado:

Nome.....: RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
Endereco.....: RUA JOAO BORGES SAMPAIO, 275
Bairro.....: JD SAO MANOEL
CEP.....: 13480-510
Municipio.....: LIMEIRA - SP
Inscr. Municipal: 35.014
Inscr. Estadual.: 417.267.115.114
CNPJ.....: 08.241.902/0001-21
REGISTRO JUNTA COMERCIAL DE SP:
.21602426
Data do Registro: 16/05/2006

LIMEIRA, 01 de Janeiro de 2009

Registro Civil de Limeira
Rua Boa Morte, 976 - Centro - Cep 13480-182 - Limeira / SP - Fones: (19) 3453-2623 / 3444-0220 - Fax: (19) 3453-2622
João Francisco Barelli
Oficial Titular

REGISTRADO NO LIVRO Nº 007 NA FOLHA 076F SOB O Nº 26322/2010
LIMEIRA, 17/08/2010

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÃO E TUTELA DE LIMEIRA - SP
Kátia Cristina Scavone Kihl
Substituta do Oficial

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELA
Rua Boa Morte, 976 - Centro
CEP 13480-182 - Limeira - SP
Fone: (19) 3453-2622 / 3453-2623 / 3444-0220
João Francisco Barelli - Oficial

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME
RUBENS BEZERRA DA SILVA
FUNCAO: ADMINISTRADOR
RG: 30260219?
CPF: 192.040.248-93

ELISABETE CRISTINA FLORINDO CRISPIM
FUNCAO: CONTADORA
CPF: 067.569.328-45
TC/CRC: 1SP160861/O-8

17

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSÓRIOS - ME

RESUMO DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

16

Análise Econômico - Financeira

0042 RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME

CNPJ: 08.241.902/0001-21

FOLHA: 000001
DATA: 13/12/2010
PERIODO: 12/2009

Estrutura e Endividamento

1 - GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

PASSIVO CIRC. + EXIGÍVEL L/PRAZO 62.094,76 / PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.233.247,40 x 100 = 5,04%

INTERPRETAÇÃO - CAPITAL DE TERCEIROS REPRESENTA 5,04 % DO CAPITAL PRÓPRIO.

2 - PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIRO SOBRE O ATIVO

PASSIVO CIRC. + EXIGÍVEL L/PRAZO 62.094,76 / ATIVO TOTAL 1.295.342,16 x 100 = 4,79%

INTERPRETAÇÃO - CAPITAL DE TERCEIROS REPRESENTA 4,79 % DO ATIVO TOTAL.

3 - ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

EMPRÉSTIMOS E FINANC. (CP + LP) 0,00 / PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.233.247,40 x 100 = 0,00%

INTERPRETAÇÃO - OS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS REPRESENTAM 0,00 % DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

PASSIVO CIRCULANTE 62.094,76 / PASSIVO CIRC. + EXIGÍVEL L/PRAZO 62.094,76 x 100 = 100,00%

INTERPRETAÇÃO - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO REPRESENTAM 100,00% DAS OBRIGAÇÕES TOTAIS.

5 - IMOBILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL

ATIVO PERMANENTE 0,00 / ATIVO 1.295.342,16 x 100 = 0,00%

INTERPRETAÇÃO - ATIVO PERMANENTE REPRESENTA 0,00% DO CAPITAL EM GIRO.

6 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

ATIVO PERMANENTE 0,00 / PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.233.247,40 x 100 = 0,00%

INTERPRETAÇÃO - ATIVO PERMANENTE REPRESENTA 0,00% DO CAPITAL PRÓPRIO.

MB CONTABILIDADE

Análise Econômico - Financeira

FOLHA: 000002
DATA: 13/12/2010
PERIODO: 12/2009

0042 RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME

CNPJ: 08.241.902/0001-21

Liquidez

7 - LIQUIDEZ CORRENTE

ATIVO CIRCULANTE 1.295.342,16 / PASSIVO CIRCULANTE 62.094,76 = 20,86

INTERPRETAÇÃO - A EMPRESA TEM R$ 20,86 PARA CADA R$ 1,00 DE DÍVIDA.

8 - LIQUIDEZ SECA

ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE 1.295.342,16 / PASSIVO CIRCULANTE 62.094,76 = 20,86

INTERPRETAÇÃO - A EMPRESA TEM R$ 20,86 PARA CADA R$ 1,00 DE DÍVIDA.

9 - LIQUIDEZ IMEDIATA

DISPONIBILIDADES 1.295.342,16 / PASSIVO CIRCULANTE 62.094,76 = 20,86

INTERPRETAÇÃO - A EMPRESA TEM R$ 20,86 PARA CADA R$ 1,00 DE DÍVIDA.

10 - LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRC. + REALIZÁVEL L/PRAZO 1.295.342,16 / PASSIVO CIRC + EXIGÍVEL L/PRAZO 62.094,76 = 20,86

INTERPRETAÇÃO - A EMPRESA TEM R$ 20,86 PARA CADA R$ 1,00 DE DÍVIDA.

11 - SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO 1.295.342,16 / PASSIVO CIRC. + EXIGÍVEL L/PRAZO 62.094,76 = 20,86

INTERPRETAÇÃO - A EMPRESA TEM R$ 20,86 PARA CADA R$ 1,00 DE DÍVIDA.

MB CONTABILIDADE

Análise Econômico - Financeira

0042 RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME

CNPJ: 08.241.902/0001-21

FOLHA: 000003
DATA: 13/12/2010
PERIODO: 12/2009

Rentabilidade

12 - MARGEM OPERACIONAL

LUCRO OPERACIONAL 0,00 / RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 0,00 x 100 = 0,00 %

INTERPRETAÇÃO - O LUCRO OPERACIONAL É DE 0,00% SOBRE A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.

13 - RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO TOTAL

LUCROS ACUMULADOS 1.223.247,40 / ATIVO 1.295.342,16 x 100 = 94,43 %

INTERPRETAÇÃO - O LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DO I.R. É DE 94,43% SOBRE O CAPITAL DE GIRO.

14 - RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

LUCROS ACUMULADOS 1.223.247,40 / PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.233.247,40 x 100 = 99,19 %

INTERPRETAÇÃO - O LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DO I.R. É DE 99,19% SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.

15 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

(+) ATIVO CIRCULANTE	1.295.342,16 D	
(+) REALIZÁVEL L/PRAZO	0,00 D	1.295.342,16 D
(-) PASSIVO CIRCULANTE	62.094,76 C	
(-) EXIGÍVEL LONGO PRAZO	0,00 D	62.094,76 C
(=) CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO		1.233.247,40 D

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME

ELISABETE CRISTINA FLORINDO CRISPIM
FUNÇÃO: CONTADORA
CPF: 067.569.328-45
CT/CRC: CT 1SP160861/O-8

CÓPIA DA ATA DA SESSÃO

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP –

Protocolado nº: 3751/2010

Interessado: DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEOS E LUBRIFICANTES E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO EM DIVERSOS VEICULOS OFICIAIS

Ata da Sessão Pública do Pregão 029/2010

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dez, às vinte e um horas e zero minutos, reuniram-se na SALA DE REUNIÕES DEPTO COMPRAS , o Pregoeiro FABIANO HEITZMANN HIRATA, nomeado pela PORTARIA 189/2010 , e os membros da equipe de apoio para recebimento e abertura dos envelopes contendo as **propostas de preços (envelope 1)** e os **documentos de habilitação (envelope 2)** do presente Pregão.

Foram apresentadas propostas de 4 (quatro) licitantes, a saber: Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda - EPP representada pelo Sr. Aroldo Balestro Junior, Rubens Bezerra da Silva Acessorios - ME representada pelo Sr. Rubens Bezerra da Silva, Pefil Comercial Ltda representada pelo Sr. João Nunes Santos Francisco, R DE FGS CAMARGO - EPP representada pelo Sr. Rui Antonio Girardelli.

Encerrado o prazo para apresentação dos envelopes (1) e (2) juntamente com a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e o Termo de Credenciamento, o Pregoeiro esclareceu aos presentes as normas desta modalidade de licitação, seus aspectos legais e os procedimentos a serem desenvolvidos durante o decorrer da Sessão. Foi acordado entre os participantes e o Pregoeiro o prazo máximo e improrrogável de um minutos e zero segundos para a apresentação de cada lance verbal. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços para os itens:

Para o **Ítem 1, Lote I (7 lote),** as ofertas iniciais foram:
A licitante Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda - EPP que ofereceu lance de R$37,834.54;
A licitante Pefil Comercial Ltda que ofereceu lance de R$43,500.24;
A licitante R DE FGS CAMARGO - EPP que ofereceu lance de R$62,895.00;
Não ofereceu lance, permanecendo fora da disputa pelo item:
A licitante Rubens Bezerra da Silva Acessorios - ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP -- 13825-000 – HOLAMBRA – SP –

Fase de Lances
A licitante R DE FGS CAMARGO - EPP não ofereceu lance, desistindo da disputa pelo item;
A licitante Pefil Comercial Ltda não ofereceu lance, desistindo da disputa pelo item;
A licitante Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda - EPP venceu a disputa com o lance de R$37,834.54.

O Pregoeiro passou a negociar o valor do item com a licitante vencedora, com a qual se estabeleceu o valor final de R$37,800.00;

Para o **Ítem 2, Lote II (8 lote),** as ofertas iniciais foram:
A licitante Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda - EPP que ofereceu lance de R$33,981.75;
A licitante Pefil Comercial Ltda que ofereceu lance de R$36,139.58;
A licitante R DE FGS CAMARGO - EPP que ofereceu lance de R$49,150.00;
Não se classificou para participar da disputa:
A licitante Rubens Bezerra da Silva Acessorios - ME.
Fase de Lances

Para o **Ítem 3, Lote III (4 lote),** as ofertas iniciais foram:
A licitante R DE FGS CAMARGO - EPP que ofereceu lance de R$5,222.00;
Não ofereceu lance, permanecendo fora da disputa pelo item:
A licitante Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda - EPP.
A licitante Pefil Comercial Ltda.
Não se classificou para participar da disputa:
A licitante Rubens Bezerra da Silva Acessorios - ME.
Fase de Lances
A licitante R DE FGS CAMARGO - EPP venceu a disputa com o lance de R$5,222.00.

Fase de Habilitação
O Pregoeiro passou a analisar a documentação apresentada, tendo sido desclassificado o seguinte licitante:
Rubens Bezerra da Silva Acessorios - ME; por não apresentar a documentação exigida no item 9.3.3.1.

Ressalvas:
A empresa Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda – EPP, não apresentou o termo de abertura e encerramento devidamente registrados; também não apresentou os índices (formulas) conforme o item 9.3.3.1 do edital;

por se tratar de empresa de pequeno porte, foi concedido o prazo de 48 horas a contar da lavratura dessa ata para que o licitante apresente tais documentações.

A licitante R DE FGS CAMARGO – EPP e manifestou sua vontade de recorrer quanto ao resultado pelos motivos acima descritos e pelo fato da empresa Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda não ter apresentado os registros dos produtos ofertados conforme exigido no Anexo I para os Lotes I e II.

As licitantes Rubens Bezerra da Silva Acessorios -- ME e Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda – EPP também manifestram sua vontade de recorrer pelo fato da empresa R DE FGS CAMARGO -- EPP não ter apresentado a documentação exigida no anexo I e indicado a marca dos seus produtos em sua proposta comercial.

A licitante Rubens Bezerra da Silva Acessorios -- ME também recorre contra a decisão do Pregoeiro em relação a sua desclassificação.

O Pregoeiro não adjudicou o Item 1 Lote I.

O Pregoeiro não adjudicou o Item 2 Lote II.

O Pregoeiro adjudicou o Item 3 Lote III à licitante R DE FGS CAMARGO - EPP pelo valor de R$5,222.00 (cinco mil e duzentos e vinte e dois reais e zero centavos).

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.
O Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos.

FABIANO HEITZMANN HIRATA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP -- 13825-000 -- HOLAMBRA – SP –

Equipe de Apoio

DEISE DE OLIVEIRA
MEMBRO

KARINA ADELAIDE ROZA
MEMBRO

PRISCILA OLIVEIRA DO VALLE FUGIMOTO
MEMBRO

Participantes

Aroldo Ballestro Junior
Ferrarini Comércio de Peças para Tratores Ltda - EPP

Rubens Bezerra da Silva
Rubens Bezerra da Silva Acessorios - ME

João Nunes Santos Francisco
Pefil Comercial Ltda

Rui Antonio Girardelli
R DE FGS CAMARGO - EPP

CÓPIA DO EDITAL

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

EDITAL
Nº 65/2010

PREGÃO Nº 029/2010
PROCESSO Nº: 3.751/2010
TIPO: - MENOR PREÇO POR LOTE
INTERESSADO: TODAS AS DIRETORIAS

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA, comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO para AQUISIÇÃO DE OLEOS E LUBRIFICANTES E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO EM DIVERSOS VEICULOS OFICIAIS através de Registro de Preços com critério de julgamento menor preço por lote,** em conformidade com as disposições contidas neste Edital, na Lei Federal n° 10.520, de 17/7/2002, Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993 e demais legislações pertinentes.

I – OBJETO

1.1 Constitui objeto deste **PREGÃO à AQUISIÇÃO DE OLEOS E LUBRIFICANTES E MATERIAIS PARA APLICAÇÃO EM DIVERSOS VEICULOS OFICIAIS através de Registro de Preços**, de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do anexo I deste edital.

II – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

2.1 Os documentos referentes ao credenciamento, os envelopes contendo **as propostas comerciais** e os **documentos de habilitação** das empresas interessadas deverão ser entregues diretamente ao Sr. Pregoeiro, no momento da abertura da sessão pública de pregão, que ocorrerá **às 08:30 horas do dia 13 de Dezembro de 2010,** na Alameda Mauricio de Nassau, nº 444, centro, Holambra – SP – Sala de pregões da Prefeitura Municipal.

2.2 Na hora e local indicado no subitem 2.1, serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

2.2.1 Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

18

2.2.2 Recebimento dos envelopes "proposta" e "documentação";

2.2.3 Abertura dos envelopes "proposta";

2.2.4 Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços unitários;

2.2.5 Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais por item, aos representantes das empresas, cujas propostas estejam classificadas, no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

2.2.6 Em não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 2.2.5, poderão as empresas autoras das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos;

2.2.7 Condução de rodadas de lances verbais, por item, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço unitário, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

2.2.8 Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preços unitários;

2.2.9 Abertura do envelope "documentação" apenas da(s) empresa(s), cuja(s) proposta(s) tenha(m) sido classificada(s) em primeiro lugar;

2.2.10 Habilitação ou inabilitação da(s) primeira(s) classificada(s); prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope "documentação" da(s) segunda(s) classificada(s);

2.2.11 Proclamação da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame pelo critério de julgamento definido no preambulo deste edital;

2.2.12 Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer;

2.2.13 Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

III – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços/produtos, objeto deste **PREGÃO,** deverão ser prestados/entregues em local e horário designados pela Diretoria Requisitante em cada pedido de fornecimento.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

4.1.1 Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado, e

4.1.2 Atendam a todas as exigências deste edital.

4.2 Será vedada a participação de empresas:

4.2.1 Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

4.2.2 Suspensas de participar de licitações realizadas pela Prefeitura do Município de Holambra;

4.2.3 Estejam em processo de falência ou recuperação judicial;

4.2.4 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

V – AQUISIÇÃO DO EDITAL

5.1 O presente Edital poderá ser obtido no Departamento de Compras e Licitações, sito à Alameda Mauricio de Nassau, nº 444, Holambra – SP, de segunda a sexta feira, no horário de 08h às 12h e das 13h às 16h, até a data designada para a abertura do certame, mediante o recolhimento aos cofres públicos da quantia de R$ 5,00 (Cinco reais) o edital.

VI – INFORMAÇÕES

6.1 As informações administrativas e técnicas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento .de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

VII - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 2 (dois)

dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1.1 As impugnações contra este Edital deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão, e só serão aceitas mediante protocolo diretamente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

7.1.2 O pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

7.1.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste **PREGÃO**.

7.2 A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO**, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

VIII – CREDENCIAMENTO

8.1 No dia, horário e local estabelecido no preâmbulo deste edital, serão realizados, em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes e o recebimento e abertura dos envelopes "proposta" e "documentação".

8.1.1 O Instrumento de credenciamento constante do **Anexo II** do Edital e a declaração de inexistência de fato impeditivo constante do **Anexo III**, deverão ser entregue ao Sr. Pregoeiro, juntamente com a cópia reprográfica do Ato Constitutivo ou Contrato Social da Licitante, acompanhada do documento de identidade de seu representante ou outro equivalente na forma da Lei, e declaração comprovando sua condição de EPP ou ME, **SEPARADAMENTE** dos envelopes da Proposta Comercial e da Documentação de Habilitação.

8.1.2 A falta da declaração, do anexo III, mencionada no subitem anterior implicará o não recebimento, pelo Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto a não aceitação da licitante no certame licitatório.

8.1.3 Não será admitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

8.1.4 Será considerada retardatária a empresa, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope "proposta".

8.1.5 As empresas interessadas em participar do certame que não apresentar nenhum dos documentos referidos no item credenciamento

não poderão ofertar lances, manifestar intenção de interposição de recurso ou praticar demais atos pertinentes ao certame.

8.2 Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

8.2.1 O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

8.2.1.1 Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.2.1.2 Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item "8.2.1.1", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

8.2.2 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

8.2.3 Os documentos supra-referidos poderão ser apresentados no original ou por cópia autenticada, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do competente processo administrativo.

8.2.4 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa, que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

IX – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

9.1 No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e rubricados nos fechos indevassáveis, sendo:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1.1 Os envelopes deverão estar sobrescritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa, número do **PREGÃO** e número do processo administrativo.

9.1.2 Os envelopes poderão ser entregues pessoalmente pelo representante credenciado ao Pregoeiro, se presente à sessão do Pregão, na forma indicada no item 9, ou protocolados no departamento de compras e licitações, sendo vedado o envio via Postal.

9.1.3 Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

9.2 O **envelope nº 1** conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas, devendo seguir necessariamente o modelo-padrão consistente do anexo IV deste edital.

9.2.1 O preço cotado deve incluir todos os tributos, taxas, encargos sociais, encargos trabalhistas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto desta licitação.

9.2.2 A proposta de preço deverá indicar prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, a contar da entrega dos envelopes.

9.3 O **envelope nº 2** deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.3.1 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

9.3.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.3.1.2 Ato constitutivo e alterações subseqüentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, nos termos da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil;

9.3.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.3.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.2 A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

9.3.2.1 Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior do objeto licitado.

9.3.3 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** é a seguinte:

9.3.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, exigíveis e apresentados com registro na junta comercial ou outro órgão de registro equivalente na forma da Lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.3.1.1 Para a comprovação da boa situação financeira da empresa licitante, serão utilizadas as seguintes fórmulas contábeis:

$$LG = \frac{AC+RLP}{PC+ELP} \qquad LC = \frac{AC}{PC} \qquad EG = \frac{PC+ELP}{AT}$$

Onde:

LG = LIQUIDEZ GERAL
LC = LIQUIDEZ CORRENTE
AC = ATIVO CIRCULANTE
RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PC = PASSIVO CIRCULANTE
ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
AT = ATIVO TOTAL
EG = ENDIVIDAMENTO GERAL

Os valores mínimos exigidos para tais índices são: **LG $\geq$ 1,00, LC $\geq$ 1,00 e EG $\leq$ 0,5 (índice adotado conforme jurisprudência do TCE), sendo obrigada a apresentação pelas licitantes, assinada pelo contador conforme modelo acima. A não apresentação decorrerá a inabilitação da mesma.**

9.3.3.2 Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541, de 1992;

9.3.3.3 As Empresas de Pequeno Porte (EPP), poderão apresentar cópias autenticadas do livro caixa correspondente ao

exercício social devidamente registrados na Junta Comercial de seu Estado ou em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, quando esta não puder apresentar o balanço patrimonial descrito no item 9.3.3.1.

9.3.3.4 Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento conforme inciso II do art. 31 da Lei 8666/93.

9.3.4 A documentação relativa à **regularidade fiscal** é a seguinte:

9.3.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.3.4.2 Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.3.4.3 Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, como segue:

9.3.4.3.1 Certidão Negativa de Débitos referentes a Tributos e Contribuições Federais expedida pela Diretoria da Receita Federal do Ministério da Fazenda,

9.3.4.3.2 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.3.4.3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (ICM/ICMS/IPVA/AIR/ITBI-CAUSA MORTIS/ITCMD);.

9.3.4.3.4 Certidão Negativa de Débitos referentes a Tributos Mobiliários e Imobiliários expedida pela Diretoria Municipal da Fazenda ou Finanças, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.4.4 Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND/INSS;

9.3.4.5 Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

9.3.4.6 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.3.5 O cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal dar-se-à por meio de declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente.

X – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

10.1 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

10.2 Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

10.3 Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses, a partir da data de sua expedição. (Não se aplica ao item 9.3.3.4 – Pedido de falência).

10.4 Os documentos emitidos via internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

10.5 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

10.6 No curso da licitação serão observadas para as Micro Empresas e as EPPs, as disposições determinadas pelos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006. As licitantes deverão comprovar sua condição de EPP ou ME, ainda que mediante declaração sob as penalidades da Lei. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

XI – PROCEDIMENTOS

11.1 Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro, seguindo a legislação vigente e as fases apontadas no item II deste edital.

11.2 Instalada a sessão pública do pregão, proceder-se-á abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo

Pregoeiro e pela equipe de apoio. Em seguida, será feita a classificação provisória das propostas.

11.2.1 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem aos termos deste Edital e seus Anexos, bem como aquelas que não contiverem elementos técnicos suficientes para sua apreciação, ou não possuir atividade compatível com o objeto licitado; bem como serão desclassificadas por inteiro as propostas que:

a) omitirem ou contrariarem qualquer dado constante do Anexo IV (modelo da proposta);

b) forem subordinadas a quaisquer condições não previstas neste Edital;

c) contiverem ressalvas em relação às condições dispostas neste Edital;

d) apresentarem preços inexeqüíveis, isto é, aqueles que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou incompatíveis com os valores estabelecidos ou com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações comprovadamente de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração (art. 44, §3º, da Lei 8.666/93);

e) forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento.

11.2.2 As demais propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços unitários.

11.3 O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, por item, aos representantes das licitantes.

11.3.1 Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último.

11.3.2 Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.

11.3.3 Declarada encerrada a etapa competitiva, a comissão procederá à classificação definitiva das propostas, consignando-a em ata.

11.4 Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação da(s) proponente(s), cuja(s) proposta(s) tenha(m) sido classificada(s) em primeiro lugar.

11.5 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) do certame.

11.6 Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

11.6.1 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

11.7 Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologado o certame.

11.8 É facultado à administração, quando a adjudicatária não formalizar a ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

11.9 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia da comissão, até a efetiva formalização da Ata.

XII - DO FORNECIMENTO

12.1 A Empresa vencedora obrigar-se-á:

12.1.1 Apresentar todos os documentos referentes aos produtos licitados no ato da assinatura da Ata;

12.1.2 Fornecer o objeto deste certame, conforme solicitação, expedida pela Diretoria Requisitante, nos moldes do anexo I., sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta no prazo máximo de 10 (dez) dias;

12.1.3 A Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra não esta obrigada a adquirir uma quantidade mínima do objeto, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

12.1.4 No caso do objeto adquirido apresentar problemas a Diretoria Requisitante notificará a empresa Detentora da Ata de Registro de Preços para substituí-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

12.1.5 O quantitativo total expresso no Formulário Proposta é estimativo e representam as previsões da Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra para as compras durante o prazo de 12 (doze) meses.

12.1.6 A existência do preço registrado não obriga a Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente.

XIII – DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento do preço pactuado será efetuado em parcelas, de acordo com as contratações efetivamente realizadas pela Diretoria Requisitante, devendo a contratada emitir as respectivas faturas que, devidamente comprovadas e atestadas, deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias após seu recebimento.

XIV – REVISÃO DE PREÇOS

14.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da ata de registro de preços e a retribuição da Contratante para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.2 Na hipótese da empresa detentora da ata solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços do fabricante, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias primas, etc.

XV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Será firmado Ata de Registro de Preços com a adjudicatária, que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas legislações pertinentes.

15.2 Farão parte integrante da Ata todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO, independentemente de transcrição.

15.3 Se a adjudicatária recusar-se a assinar a Ata, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem justificativa por escrito aceita por esta Prefeitura, será convocado outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata, e assim sucessivamente.

15.3.1 Nestes casos a adjudicatária, estará sujeita às penalidades previstas neste Edital.

XVI – PENALIDADES

16.1 São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas pertinentes.

16.2 A licitante, que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de até 5 (cinco anos).

16.3 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) do valor estimado do fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e que venha a ser inabilitada por ter apresentado documentos que seguramente não atendam as exigências deste edital, como às demais licitantes, que dêem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

16.4 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

16.5 O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

16.6 Licitantes que manterem comportamento inadequado durante o pregão sofrerão afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.

XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A apresentação de proposta implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital; não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

17.2 O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização, observado o disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.3 A contratada deverá manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação.

17.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultada à comissão julgadora, em qualquer fase de licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.5 Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

17.6 As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

17.7 No caso de envio dos envelopes, via correio ou outro meio, também deverá ser enviada a declaração de "atendimento aos requisitos de habilitação". A falta deste documento automaticamente eliminará a empresa do certame.

XVIII – ANEXOS

18.1 Anexo I – especificações técnicas
18.2 Anexo II – modelo referencial de credenciamento de representantes
18.2.1 Anexo II A - declaração de condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
18.3 Anexo III - modelo referencial de inexistência de fato impeditivo
18.4 Anexo IV – modelo-padrão de proposta comercial
18.5 Anexo V - modelo de declaração para o licitante
18.6 Anexo VI – minuta da ata de registro de preços
18.7 Anexo VII - Termo de Ciência e Notificação.

Holambra, 08 de Dezembro de 2010.

Fabiano Heitzmann Hirata
Pregoeiro

41

ANEXO I

Lote I

DESCRITIVO DO LOTE	UN.	QTDE/ANO
ÓLEO SAE-40-CF, MULT-VIS. (Motor Diesel) Tb. 200 Lt.*	TB	10
ÓLEO 15W/40 - T5CG4 -(Motor Diesel,Novo) Tb. 200 Lt.*	TB	2
ÓLEO THF 11 - (Hidráulico Maquinas) Tb. 200 Lt.*	TB	3
GRAXA MP2 Tb. 170 Kg.*	TB	5
SOLUPON Tb. 200 Lt.	TB	3
XAMPU ATIVADO Tb. 200 Lt.	TB	3
ESTOPA DE 1º BRANCA	KG	150

Lote II

DESCRITIVO DO LOTE	UN.	QTDE/ANO
ÓLEO 20W/50 - ALC/GAS. - SEMI SINTETICO (APISJ)*	LT.	600
FLUIDO PARA FREIO DOT 3, DEVE ATENDER A CLASSIFICAÇÃO 3 E AS NORMAS NBR 9292 EMBALAGEM DE 500 ML	FR.	100
FLUIDO PARA FREIO DOT 4, DEVE ATENDER A CLASSIFICAÇÃO 4 E AS NORMAS NBR 9292 EMBALAGEM DE 500 ML	FR.	100
ÓLEO HD 68-(Hidráulico de maior consumo) Tb. 200 Lt.*	TB	3
ÓLEO OH 49 trans. vermelho (Hidráulico) Tb. 200 Lt.*	TB	2
ÓLEO 90 GL5 - (Cambio, Diferencial) Tb. 200 Lt.*	TB	2
ÓLEO 4 TEMP.-(COM DETERGENTE P/EMBREAGEM) Tb. 200 Lt.*	TB	3
PASTA P/ LAVAR AS MÃO ARENOSA GL.1 KG	GL.	150

Lote III

DESCRITIVO DO LOTE	UN.	QTDE/ANO
SPRAY LUBRIFICANTE ANTI-CORROSIVO DESENGRIPANTE FRASCO DE 300 ML	FR.	150
GRAFITE EM PÓ, FRASCO DE 20G	FR.	30
GRAFITE SPRAY FRASCO 200 ML.	FR.	100
SPRAY DE LIMPEZA DE CARBURADOR/BICOS INJETORES FRASCO DE 270 ML	FR.	200

- **(*)Os produtos ofertados deverão apresentar registro na Agência Nacional de Petróleo-ANP em conformidade com a Portaria 131 de 30/07/99 e serem homologados por pelo ,menos uma das seguintes montadoras: General Motors, Mercedes Benz, Volkswagem, Fiat e Ford do Brasil;**

- **A entrega dos matérias será feita parcelada e conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Holambra.**

43

ANEXO II

Modelo referencial de instrumento de credenciamento
(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, credencia Sr----------, portador da cédula de identidade nº ....., expedida pela SSP/SP, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do PREGÃO nº ....., em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

ANEXO II A

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(a ser entregue juntamente com o credenciamento)

PREGÃO PRESENCIAL Nº ----------

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ----------

INTERESSADO: XXXXXXXXXXXXX.

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº_____, é microempresa ( ) ou empresa de pequeno porte ( ), nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº: 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins do que estabelece aquela Lei.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

114

ANEXO III

Modelo referencial de inexistência de fato impeditivo

(papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, **declara, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditivo de sua participação no citado certame; declarandose, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes no edital.**

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

45

ANEXO - IV
Modelo- padrão de proposta comercial
(uso obrigatório por todas as licitantes)

PREGÃO N.º xx/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.ºxxxxx

A empresa .....
estabelecida na .....
inscrita no CNPJ sob nº ....., propõe fornecer à Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, conforme abaixo discriminado:

Item/lote	Descrição	Quantidade estimada ANUAL	Produto	Marca/ fabricante	Preço unitário	Preço total
01	...	...	...	...	R$	R$
02	...	...	...	...	R$	R$
(...)	...	...	...	...	...	...

A proponente obriga-se a cumprir o prazo de entrega previsto no edital.

A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.

Holambra, XX de XXXXXX de 2010.

(nome e assinatura do representante legal da licitante)
R.G.: / Cargo

U4

ANEXO V
MODELO DECLARAÇÃO PARA O LICITANTE

(*nome do licitante*) declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que:

I - Para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Holambra, ____ de _____ de 2010.

(nome e assinatura do representante legal da licitante)
R.G.: / Cargo

ANEXO VI
Minuta de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../ 2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../ 2010
PREGÃO Nº ...../ 2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

EMPRESA DETENTORA DA ATA: ...../ 2010

Aos xx dias do mês de xxxx do ano de dois mil e sete, a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA**, CNPJ nº xxxxxxxx, representado pela Prefeita Municipal, Sra. xxxxxxxxxxxxxx, "qualificação" e a empresa XXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Xxxxxx, "qualificação", nos termos do Decreto Municipal nº XXX de XX de XXX de 20XX e alterações, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis à espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com a ata de julgamento constante as folhas nºs xxxx do processo epigrafado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

I Do objeto

Registro de Preços para **XXXXXXXXXXXX**, relacionados de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do anexo I do edital:

II - Dos Preços

Pela contratação dos serviços, deste Instrumento, será pago o valor unitário de:

ITEM xx – R$ xxx
ITEM xx – R$ xxx

III - Reajuste de Preços

3.1 – Não haverá reajuste de preços.

3.2 – O preço unitário registrado poderá ser adequado com elevação ou redução de seu respectivo valor, pelo Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, em função da dinâmica de mercado, obedecendo a metodologia a seguir:

3.2.1 – Independentemente da solicitação da detentora da Ata de registro de Preços a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra poderá, a qualquer tempo, rever o preço registrado, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado,

cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer o novo valor.

3.2.2 – O preço registrado poderá ser majorado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra mediante solicitação da detentora, desde que acompanhado de planilha de custo com documentos que comprovem a procedência do pedido.

3.3 – Os novos preços só serão válidos após sua publicação, retroagindo à data do pedido de adequação pela Detentora desta Ata de Registro de Preços, para efeito de pagamentos dos fornecimentos efetuados entre a data de tal pedido e a data de publicação do novo preço, ou ao momento de constatação de eventual redução para os mesmos fins.

3.4 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais, em face da superveniência de normas federais e municipais sobre a matéria.

IV – Validade da Ata de Registro de Preços

4.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

V – Do Prazo e Local de Execução

5.1 – Os serviços, objeto deste **PREGÃO,** deverão ser prestados em local e horário designados pela Diretoria Requisitante em cada pedido de fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias.

VI – Pagamento

6.1 - O pagamento do preço pactuado será efetuado em parcelas, de acordo com as contratações efetivamente realizadas pela Diretoria Requisitante, devendo a contratada emitir as respectivas faturas que, devidamente comprovadas e atestadas, deverão ser pagas em 15 (quinze) dias após seu recebimento.

VII - Outras Obrigações da Detentora da Ata

7.1 Fornecer o objeto deste certame, conforme solicitação, expedida pela Diretoria Requisitante, nos moldes do anexo I., sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

7.2 Cumprir e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança e medicina do trabalho devendo fornecer aos empregados e exigir o uso dos equipamentos de proteção coletivos e individuais, podendo essa utilização ser objeto de verificação, a qualquer momento pela contratante.

7.3 Manter veículos, equipamentos e ferramentas em perfeitas condições de uso, higiene e segurança.

7.4 Adequar por determinação da empresa contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as normas e princípios da segurança e medicina do trabalho, fundamentos nas Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214 de 08 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.5 A Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra não esta obrigada a adquirir uma quantidade mínima do objeto, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

VIII– Obrigações da Contratante

8.1 A CONTRATANTE deverá assegurar à DETENTORA DA ATA condições para o regular cumprimento das obrigações desta última, inclusive realizando o pagamento pelo fornecimento na forma do ajustado entre as partes.

IX– PENALIDADES

9.1 Além das sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA DA ATA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

9.1.1 pela inexecução total do objeto da presente ata de registro de preços, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado de fornecimento;

9.1.2 pelo retardamento na entrega, multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado de fornecimento. O atraso superior a 10 dias caracterizará, inadimplemento total do contrato;

9.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

9.3 O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da CONTRATANTE, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à Detentora. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo.

9.3.1 O não-pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA DA ATA ao processo judicial de execução.

X- Disposições Gerais

10.1 O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro Distrital de Arthur Nogueira da Comarca de Mogi Mirim – SP; para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em três vias de igual teor.

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

1) Nome
R.G.

2) Nome
R.G.

41

ANEXO VII
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contrato nº:

Objeto:

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA**

Contratada:

Advogado(s): (*)

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES E NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aluído processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Holambra, XX de XXXXX de 2010.

Contratante Contratada

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSÓRIOS - ME

PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA

CNPJ: 08.241.902/0001-21 / Inscr. Est.: 417.267.115.114
R: João Borges Sampaio, 275 - Jd. São Manoel - CEP 13480-510 - Limeira – SP - Fone: (19) 3701-4076 / Fax: (19) 3452-2699
limerpetro@terra.com.br

RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS – ME
C.N.P.J 08.241.902/0001-21 - INSC.EST: 417.267.115.114

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
E D I T A L Nº 65/2010
TIPO: - MENOR PREÇO POR LOTE
INTERESSADO: TODAS AS DIRETORIAS
Data: 13/12/2010 - 08;30 horas

ANEXO - IV

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº 029/2010
PROCESSO Nº: 3.751/2010

A empresa RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS ME , sediada a Rua João Borges Sampaio nº 275 – Jardim São Manoel – Limeira / SP, inscrita CNPJ sob nº 08.241.902/0001-21, propõe fornecer à Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, conforme abaixo discriminado:

Item/ Lote 01	Descrição	Quant. anual Estimada	Produto	Marca/ Fabricante	Preço Unitario	Preço Total
01.01	ÓLEO SAE-40-CF, MULT-VIS. (Motor Diesel) Tb. 200 Lt.*	10 – tambor	Nacional	Total – Rubia D40	1.416,60	14.166,00
02.01	ÓLEO 15W/40 - T5CG4 -(Motor Diesel,Novo) Tb. 200 Lt.*	02 - tambor	Nacional	Petrobras – Lubrax Extra Turbo	1.668,50	3.337,00
03.01	ÓLEO THF 11 - (Hidráulico Maquinas) Tb. 200 Lt.*	03 - tambor	Nacional	Petrobras – Lubrax THF 11	1.999,20	5.997,60
04.01	GRAXA MP2 Tb. 170 Kg.*	05 - tambor	Nacional	Petrobras – Lubrax GMA 2	1.911,90	9.559,50
05.01	SOLUPON Tb. 200 Lt	03 - tambor	Nacional	Inquibras – Alcabras plus	260,00	780,00
06.01	XAMPU ATIVADO Tb. 200 Lt.	03 – tambor	Nacional	Inquibras – Bras Ativo	260,00	780,00
07.01	ESTOPA DE 1º BRANCA	150 - kg	Nacional	São João	5,00	750,00
	VALOR TOTAL DO LOTE 01:					**35.370,10**

Item/ Lote 02	Descrição	Quant. anual Estimada	Produto	Marca/ Fabricante	Preço Unitario	Preço Total
01.02	ÓLEO 20W/50 - ALC/GAS. - SEMI SINTETICO (APISJ)*	600 – Lts	Nacional	Ipiranga – F1 Master Plus 20W50	16,75	10.050,00
02.02	FLUIDO PARA FREIO DOT 3, DEVE ATENDER A CLASSIFICAÇÃO 3 E AS NORMAS NBR 9292 EMBALAGEM DE 500 ML	100 - frs	Nacional	Varga – Fluido freio Dot 3	8,58	858,00
03.02	FLUIDO PARA FREIO DOT 4, DEVE ATENDER A CLASSIFICAÇÃO 4 E AS NORMAS NBR 9292 EMBALAGEM DE 500 ML	100 - frs	Nacional	Petrobras – Fluido freio Dot 4	11,32	1.132,00
04.02	ÓLEO HD 68-(Hidráulico de maior consumo) Tb. 200 Lt.*	03 – tambor	Nacional	Petrobras – Lubrax HD 68	1.476,20	4.428,60
05.02	ÓLEO OH 49 trans. vermelho (Hidráulico) Tb. 200 Lt.*	02 – tambor	Nacional	Petrobras – Lubrax OH 49 TDX	2.071,20	4.142,40

54

06.02	ÓLEO 90 GL5 - (Cambio, Diferencial) Tb. 200 Lt.*	02 – tambor	Nacional	Petrobras – Lubrax TRM 5 90	1.797,90	3.595,80
07.02	ÓLEO 4 TEMP.-(COM DETERGENTE P/EMBREAGEM) Tb. 200 Lt.*	03 – tambor	Nacional	Petronas – Selenia Expert 4T	1.701,40	5.104,20
08.02	PASTA P/ LAVAR AS MÃO ARENOSA GL.1 KG	150 - Gl	Nacional	Fuzetto	3,10	465,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02						**29.776,00**

Item/ Lote 03	Descrição	Quant. anual Estimada	Produto	Marca/ Fabricante	Preço Unitario	Preço Total
01.03	Spray lubrificante anti-corrosivo desengripante frasco de 300 ml	150 - Frs	Nacional	Hi – Tech	5,78	867,00
02.03	Grafite em pó, frasco de 20g	30 - Frs	Nacional	HP	1,96	58,80
03.03	Grafite spray frasco 200 ml.	100 - Frs	Nacional	HP	7,00	700,00
04.03	Spray de limpeza de carburador/bicos injetores frasco de 270 ml	200 - Frs	Nacional	Smart Car	30,00	6.000,00
OR TOTAL DO LOTE 03						**7.625,80**

A proponente obriga-se a cumprir o prazo de entrega previsto no edital.

A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.

Declaramos conhecer e aceitar todas as normas e exigências do presente Edital.

Limeira/SP, 13 de Dezembro de 2.010

Rubens Bezerra da Silva
RG: 30.260.219-7
Proprietário

ESCRITÓRIO REGIONAL - LIMEIRA

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

00 NÃO PREENCHER

RUBENS BEZERRA DA SILVA
NOME DO EMPRESÁRIO

natural de LIMEIRA | BRASILEIRA (NACIONALIDADE) | MASCULINO (SEXO)

SOLTEIRO(A) (ESTADO CIVIL) | REGIME DE BENS

Emancipado por

filho de JOSE BEZERRA DA SILVA
TERESINHA SEVERINA DE LIMA

nascido em 19/08/1977 | profissão EMPRESARIO

CPF 01 19204024895 | identidade 30260219-7 - SSP - SP

residente RUA JAYME DE CASTRO RIBEIRO | 173 | COMPLEMENTO | PQ ABILIO PEDRO (BAIRRO)

13483-336 (CEP) | LIMEIRA (MUNICÍPIO) | SP (UF)

não estando incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, e não possuindo outro requerimento de empresário registrado, declara para fins de inscrição no Registro do Comércio:

ATOS

1 (1 - CONSTITUIÇÃO; 3 - Inscr. de Transf. de Sede de Outra UF; 5 - Alteração de Dados da Sede; 7 - Transferência de Sede para outra UF.; 9 - Cancelamento de SEDE; 0 - Proteção de Nome Empresarial; 2 - Abertura de Filial; 4 - Abertura de Filial em Outra UF; 6 - Alteração de dados da Filial; 8 - Cancelamento de Filial)

03 RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS - ME
NOME EMPRESARIAL

INDIVIDUAL

04 35 1 2160242 6
NIRE DA SEDE

05 NIRE DA FILIAL (PREENCHER SOMENTE SE ATO DE FILIAL)

06 RUA JOAO BORGES SAMPAIO | 275 | COMPLEMENTO | 07 JD SÃO MANOEL (BAIRRO)
ENDEREÇO DA SEDE

08 13480-510 (CEP) | LIMEIRA (MUNICÍPIO) | SP (UF)

09 R$10.000,00 — Dez Mil Reais
CAPITAL OU DESTAQUE DE CAPITAL | CAPITAL OU DESTAQUE DO CAPITAL, POR EXTENSO

10 INÍCIO DAS ATIVIDADES: 09/05/2006

11 1 (1 - ENQUADRAMENTO ME; 3 - ENQUADRAMENTO EPP)

12 CNPJ - BÁSICO: . . / -

OBJETO(ATIVIDADE ECONÔMICA)
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL PARA PINTURA; COMERCIO A VAREJO DE CAMARAS DE AR E PNEUMATICOS; COMERCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES; COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS; COMERCIO A VAREJO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA CONSTRUÇAO;COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS;COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DESCARTAVEIS.

CÓDIGO DE ATIVIDADE

13	5244203
14	5030004
15	5030003
16	5244208
17	5249315

DATA: 09/05/2006 | ASSINATURA DO EMPRESÁRIO: Rubens B. Silva

(USO DA JUNTA) 18 DATA DO DEFERIMENTO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente/procurador)
Rubens Bezerra da Silva Acessórios ME

000035071861

2º TABELIÃO DE NOTAS
Gen. Vargueiro, 740 - Centro - Fone: 3451-7444 / 3445-4018
Bel. Sérgio Candiotto - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado. Dou fé. Limeira/SP

AUTENTICAÇÃO (USO DA JUNTA COMERCIAL)

14 DEZ. 2010

VALOR RECEBIDO R$ 2,10

SELOS PAGOS POR VERBA

Colégio Notarial do Brasil - SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0527AB965547

JUCESP
REG. SOB. Nº 35 121602426

MAY 16 2006

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado sob número e data estampados mecanicamente.

E. R. LIMEIRA — CRISTIANE S. F. CORRÊA - SECRETÁRIO GERAL



VALIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE

2º TABELIÃO DE NOTAS
R. Sen. Vergueiro, 740 - Centro - Fone: 3451-7444 / 3445-4018
Bel. Sérgio Candiotto - Tabelião

Autentico a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
Autenticação

14 DEZ. 2010

SELOS PAGOS POR VERBA

...o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
...aria de Comércio e Serviços
...artamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
...ecretaria da Fazenda

JUCESP ESCRITÓRIO REGIONAL - LIMEIRA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (somente para filial)
3512160242-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RUBENS BEZERRA DA SILVA

NATURAL DE (cidade e sigla do estado)	UF	NACIONALIDADE	SEXO
Limeira	SP	Brasileira	Masculino

ESTADO CIVIL	REGIME DE BENS (se casado)
Casado(a)	Comunhão parcial de bens

FILIAÇÃO (pai)	(mãe)
JOSE BEZERRA DA SILVA	TERESINHA SEVERINA DE LIMA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	ÓRGÃO EMISSOR	UF	CPF (número)
19/08/1977	302602197	SSP	SP	192.040.248-95

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (logradouro - rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA JAYME DE CASTRO RIBEIRO	173

BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO
PARQUE RESIDENCIAL ABILIO PEDRO	13483-336	5170

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO	UF
Limeira	SP

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.

ATOS:
Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social;

NOME EMPRESARIAL
RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA JOAO BORGES SAMPAIO	275

BAIRRO/DISTRITO	CEP	CÓDIGO DO MUNICÍPIO
JARDIM SAO MANOEL	13480-510	5170

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO	UF	CORREIO ELETRÔNICO (e-mail)
Limeira	SP	

VALOR DO CAPITAL (R$)	VALOR DO CAPITAL (por extenso)

CÓDIGO DE ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade Principal 4732600 Atividade(s) Secundária(s) 4530703 4530705 4741500 4742300 4744003	Comércio varejista de lubrificantes;Comércio varejista de materiais hidráulicos;Comércio varejista de material elétrico;Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente;Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários;Comércio varejista de materiais de construção em geral;Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores;Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar;Comércio varejista de tintas e materiais para pintura

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF	UF	DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
	08.241.902/0001-21			Permanece Inalterado

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente/procurador)
RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS - ME Rubens Bezerra da Silva Acessórios ME

DATA DE ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/procurador)
17/08/2007	RUBENS BEZERRA DA SILVA (Empresário) Rubens Bezerra da Silva

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO

REGISTRO

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 293.018/07-1
CRISTIANE DA SILVA F. CORRÊA
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

CONTROLE INTERNET
001099310-0

2º TABELIÃO DE NOTAS
R. Sen. Vergueiro, 740 - Centro - F.: 3451-7444 / 34...
Bel. Sérgio Candiotto - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
14 DEZ. 2010
SOMENTE O SELO DE AUTENTICIDADE
VALOR RECEBIDO R$ 2,10
SELOS PAGOS POR ESTAMPILHA AUTORIZADA

Colégio Notarial do Brasil - SP
ARPEN SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0527AB965552

EM BRANCO

EM BRANCO

A presente cópia reprográfica foi extraída do 8º Tabelião de Notas

47

...rio do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
...taria de Comércio e Serviços
...artamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
...ecretaria da Fazenda

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (somente para filial)
3512160242-6	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas)
RUBENS BEZERRA DA SILVA

NATURALIDADE (cidade e sigla do estado)	UF	NACIONALIDADE	SEXO
Limeira	SP	Brasileira	Masculino

ESTADO CIVIL	REGIME DE BENS (se casado)
Casado(a)	Comunhão parcial de bens

FILIAÇÃO (pai)
JOSE BEZERRA DA SILVA

(mãe)
TERESINHA SEVERINA DE LIMA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	ÓRGÃO EMISSOR	UF	CPF (número)
19/08/1977	302602197	SSP	SP	192.040.248-95

EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)

DOMICILIADO NA (logradouro - rua, av, etc.)
RUA JAYME DE CASTRO RIBEIRO

NÚMERO
173

BAIRRO / DISTRITO
PARQUE RESIDENCIAL ABILIO PEDRO

CEP
13483-336

CÓDIGO DO MUNICÍPIO
5170

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO
Limeira

UF
SP

declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.

ATOS
Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social;

NOME EMPRESARIAL
RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS - ME

PRINCIPAL	CNAE FISCAL
	4744099
	4789005
	4789099

OUTRAS ATIVIDADES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF	UF	DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
08.241.902/0001-21			Permanece Inalterado

ASSINATURA DO EMPRESÁRIO OU DO REPRESENTANTE LEGAL DA SOCIEDADE (com poderes para o ato) OU DO PROCURADOR
RUBENS BEZERRA DA SILVA ACESSORIOS - ME Rubens Bezerra da Silva Acessórios ME

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou do representante legal da sociedade ou do procurador)
17/08/2007	RUBENS BEZERRA DA SILVA (Empresário) Rubens Bezerra da Silva

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO | REGISTRO | CONTROLE INTERNET
001099310-0

2º TABELIÃO DE NOTAS
R. Sen. Vergueiro, 740 - Centro - F. 3451-7444 / 3445-4018
Bel. Sérgio Candiotto - Tabelião
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.
14 DEZ. 2010
VALOR RECEBIDO R$ 2,10
SELOS PAGOS POR VERBA

Colégio Notarial do Brasil - SP
ARPEN SP
Autenticação
Estado de São Paulo
0527AB965554

EM BRANCO

EM BRANCO

A presente cópia
reprográfica foi
extraída no
8º Tabelião de Notas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE ARARAS - UR-10

Data	**16/12/2010**
Expediente	**TC-1955/010/10**
Interessado	**Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME, por seu proprietário Sr. Rubens Bezerra da Silva**
Assunto	**Possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial nº 29/2010 da Prefeitura Municipal de Holambra**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE,
Doutor Fúlvio Julião Biazzi:

A Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME, por seu proprietário Sr. Rubens Bezerra da Silva, protocolizou nesta Unidade Regional o expediente epigrafado, informando sobre possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial nº 29/2010 da Prefeitura Municipal de Holambra para aquisição de óleos lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais.

Ressaltamos que o município de Holambra encontra-se sob a jurisdição da UR-3 Campinas.

Desta forma, encaminho o expediente à elevada apreciação de Vossa Excelência.

UR-10, 16 de dezembro de 2010.

VANDERLEI MARÇOLA
DIRETOR DA UR-10 ARARAS
SUBSTITUTO

rfs

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

Expediente : TC-001955/010/10
Interessado : Rubens Bezerra da Silva Acessórios-ME
Assunto : comunicando possíveis irregularidades ocorridas pelo Prefeito Municipal de Holambra no edital de pregão presencial n° 029/2010 objetivando aquisição de óleos lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais.

De ordem do Senhor Presidente, encaminhe-se o presente expediente ao Gabinete Técnico da Presidência, para manifestação.

GP, 20 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO DE CAMPOS
Chefe de Gabinete

et/

= TP: 20/12/10
Luis.

DI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
09.1.1 P E S Q U I S A 23/12/2010
TTLC905 RESUMIDA 15:21:34
3005/026/10 TC. CONTAS DE PREFEITURA
RELATOR : DR. CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA

INTERESSADO : 0000000657
PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

EXERCICIO : 2010
NUM.DE REMESSA: 000001354/2010
DATA DE ENVIO : 08/03/2010 QTDE.APARTADO : 000
REMETENTE : GABINETE DA PRESIDENCIA
DESTINO : UR-3 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
MOTIVO : INFORMAR

PF1-APENSOS PF4-FISCALIZACAO
INTEGRA: _ (S/N) IMPRIMIR: _ (S/N)
TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

EXPEDIENTE: **TC-001955/010/10.**

INTERESSADO: **Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME., por seu proprietário, Senhor Rubens Bezerra da Silva.**

ASSUNTO: **Comunica a esta Corte a ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 29/2010 para Registro de Preços, realizado pela Prefeitura Municipal de Holambra, que teve por objeto a aquisição de óleos, lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais, no valor estimativo total de R$ 72.771,90.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A empresa Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME., por seu proprietário, comunica a esta Corte a ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 29/2010 para Registro de Preços, realizado pela Prefeitura Municipal de Holambra, que teve por objeto a aquisição de óleos, lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais, no valor estimativo total de R$ 72.771,90.

Insurgiu-se o subscritor contra decisão do Pregoeiro que desclassificou a empresa Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME, com a alegação de que não foi apresentada "a documentação exigida no item 9.3.3.1", que dispõe sobre a exigência de apresentação de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, bem como de índices econômicos a fim de garantir o adimplemento da obrigação.

Alega ainda, que o princípio da isonomia não foi observado, isso porque admitiu que fosse apresentado o mesmo documento "a posteriori", pela empresa Ferrarini.

Efetuamos pesquisa no Sistema Integrado de Controle de Protocolo e não constatamos a existência de processos ou expedientes versando sobre a matéria.

Verificamos que o interessado não trouxe à colação prova de representatividade da empresa.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

TC-001955/010/10

Considerando que as notícias trazidas na peça inaugural referem-se à licitação realizada no exercício de 2010, cujo valor não atinge aquele estipulado para remessa a esta Corte de Contas, propomos o encaminhamento do presente expediente ao eminente Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga, Relator das contas anuais da Prefeitura Municipal de Holambra, concernentes ao exercício de 2010 (TC-003005/026/10), para as providências que Sua Excelência entender oportunas, bem como o oficiamento do subscritor, dando-lhe ciência do decidido.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

GTP, em 10 de janeiro de 2011.

CAMILLO ASHCAR JUNIOR
Assessor Procurador-Chefe
Substituto

GTP-02/A.

63

Expediente: TC – 001955/010/10

Interessado: **Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME., por meio de seu representante legal, Senhor Rubens Bezerra da Silva.**

Assunto: Comunica a esta Corte a ocorrência de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Holambra, na condução do Pregão Presencial nº 29/2010, que teve por objeto a aquisição de óleos, lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais, ajuste no valor estimativo de R$ 72.771,90.

Diante da natureza da matéria, encaminhe-se o expediente, nos termos propostos pelo GTP, ao eminente **Conselheiro Relator do TC-3005/026/10, que abrange as contas anuais da Prefeitura Municipal de Holambra, relativas ao exercício de 2010**, para as providências que Sua Excelência entender por bem determinar.

Antes, porém, oficie-se o interessado, remetendo-lhe cópia deste despacho, como também da manifestação do GTP, para conhecimento das medidas adotadas por esta Presidência.

G.P., em 13 de janeiro de 2011.

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

GP/8A

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTÓRIO DA PRESIDÊNCIA

São Paulo, 13 de janeiro de 2011

Ofício C.GP nº 54/2011
TC-1955/010/10
Possíveis irregularidades

CÓPIA

Prezado Senhor

Cumprimento-o e, ao ensejo, participo-lhe o recebimento da petição protocolada sob nº TC-1955/010/10, comunicando a ocorrência de possíveis irregularidades em atos praticados pela Prefeitura Municipal de Holambra, na condução do pregão Presencial nº 29/2010, que teve por objeto a aquisição de óleos, lubrificantes e materiais para aplicação em diversos veículos oficiais, ajuste no valor estimativo de R$ 72.771,90

Pelo presente, transmito-lhe reprografia do despacho exarado por esta Presidência, sobre o assunto em referência, bem como do parecer do Gabinete Técnico da Presidência, para conhecimento.

Apresento a Vossa Senhoria os protestos da minha consideração.

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
VICE-PRESIDENTE
NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

A Sua Senhoria, o Senhor
RUBENS BEZERRA DA SILVA
Representante da empresa Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME.
LIMEIRA - SP
ln/ar

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fl.

Expediente: TC-001955/010/10.
Interessado: Rubens Bezerra da Silva Acessórios - ME.
Assunto: Comunica a esta Corte a ocorrência de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Holambra, na condução do pregão presencial n. 29/2010.

Determino que o presente expediente passe a acompanhar o processo TC-3005/026/10, que examina as contas da Prefeitura Municipal de Holambra, exercício 2010, subsidiando a análise da matéria.

G.C., em 26 de janeiro de 2010.

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
Conselheiro

CTP

TRIBUNAL DE CONTAS - SP
UR.3 - CAMPINAS

31 JAN 2011

Recebi: 4

R.R. 707/11 - C.C.F.A.

De ordem do Senhor Responsável pela UR-3 encaminhe-se à UR-3.1, para fins de:

( ) conhecimento da Decisão do processo;

(X) subsidiar

( )

( )

UR.3-Campinas 01/02/11

PROCESSO: TC 1955/010/10

INTERESSADA: Rubens Bezerra da Silva Acessórios-ME

MATÉRIA: Representação quanto a possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial nº. 29/2010, da Prefeitura Municipal de Holambra

Senhor Diretor Técnico de Divisão da UR.3-Campinas,

Tratam os presentes de representação formalizada pela empresa Rubens Bezerra da Silva Acessórios, noticiando possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº. 29/2010, neste ato representada por seu sócio-proprietário, Senhor Rubens Bezerra da Silva.

Informa que sua empresa foi desclassificada em razão da não apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis (item 9.3.3.1), afirmando que apresentou a documentação exigida no envelope de habilitação.

Comenta que a demonstração da falta de documento foi duvidosa, uma vez que o Pregoeiro alegou que o índice de liquidez geral da empresa era superior ao exigido. Argumenta que se o documento não foi apresentado, não poderia alegar que o índice não era o correto?

Continua apontando que além da manifesta irregularidade, o Pregoeiro deu tratamento diferenciado aos participantes, uma vez que admitiu que a empresa Ferracini Comércio de Peças para Tratores Ltda.-EPP apresentasse o

documento exigido no item 9.3.3.1 em outro momento.

Por ordem do Exmo. Conselheiro Relator constante de fls. 65, os presentes autos retornaram a esta Unidade Regional, subsidiando a análise da matéria.

Passamos às nossas manifestações.

Diante das informações trazidas no presente expediente, selecionamos o Pregão Presencial n°. 29/2010 para exame "in loco".

Do exame realizado no processo, não verificamos a existência do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis.

No tocante ao exame sob o o aspecto técnico-formal, estamos tecendo os comentários no item C.1.1-Falhas de Instrução, do relatório das contas anuais - TC 3005/026/10.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR. 3 - Campinas, 13 de junho de 2011.

ADILSON CARLOS PERUCHI
RESPONSÁVEL POR EQUIPE TÉCNICA

PROCESSO: TC 1955/010/10

INTERESSADA: Rubens Bezerra da Silva Acessórios-ME

MATÉRIA: Representação quanto a possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial nº. 29/2010, da Prefeitura Municipal de Holambra.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

O presente expediente subsidiou os trabalhos relativos à fiscalização referente ao exercício de 2010 do órgão em referência, tratada no processo supramencionado, conforme determinado às fls. 65.

Assim sendo, encaminhamos o presente expediente, acompanhando o processo em referência.

UR.3-Campinas, 13 de junho de 2011.

Oscar Maximiano da Silva
Diretor Técnico de Divisão
Unidade Regional de Campinas

TRIBUNAL DE CONTAS
UR.3 - CAMPINAS
06 NOV 2012
Recebi:
R.R. 1770/12- DSF-7

VEIO POR J. CARLOS